

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

DYONATHAN BRUM POLETO

**AMAZÔNIA EMERGENCIAL PESSOA JURÍDICA: UM ESTUDO DE
CASO SOBRE A APLICAÇÃO DESTE RECURSO NO MUNICÍPIO DE
CACOAL NO ANO DE 2012**

**Trabalho de Conclusão de Curso
ARTIGO**

**Cacoal - RO.
2013**

**AMAZÔNIA EMERGENCIAL PESSOA JURÍDICA: UM ESTUDO DE
CASO SOBRE A APLICAÇÃO DESTE RECURSO NO MUNICÍPIO DE
CACOAL NO ANO DE 2012.**

DYONATHAN BRUM POLETTO

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Bernadete Junkes.

**Cacoal - RO
2013**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O artigo intitulado “**Amazônia Emergencial Pessoa Jurídica: Um estudo de caso sobre a aplicação deste recurso no município de Cacoal no ano de 2012**”, elaborado pelo acadêmico Dyonathan Brum Poletto, foi avaliado e julgado aprovado pela banca examinadora formada por:

Prof.^a Dra. Maria Bernadete Junkes
Presidente

Prof.º Ms. Cleberson Eller Loose
Membro

Prof.º Ms. Rogério Simão
Membro

Média

Cacoal – RO
2013

MAZÔNIA EMERGENCIAL PESSOA JURÍDICA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A APLICAÇÃO DESTE RECURSO NO MUNICÍPIO DE CACOAL NO ANO DE 2012.

Dyonathan Brum Poletto¹

RESUMO

O programa FNO - Amazônia Emergencial Pessoa Jurídica foi criado para atender micro, pequenas, médias e grandes empresas, inclusive associações e cooperativas, exclusivamente domiciliadas nos municípios onde o Banco da Amazônia S/A atue e que estejam em situação de emergência ou estado de calamidade pública. Em seus relatórios de gestão o Banco da Amazônia S/A faz um apanhado por estado da Federação, porém há carência de dados em relação a cada município. É importante se obter informações detalhadas para divulgar de maneira clara, como são aplicados os recursos que o governo disponibiliza para ajudar os municípios em dificuldade. Baseado nesses fatos, foi realizada uma pesquisa exploratória devido o tema abordado ter pouco estudo divulgado no município. A pesquisa quanto ao objetivo foi de análise com apresentação dos resultados observados sem interferência do autor. Dentre as 43 empresas pesquisadas, o seguimento de atuação carro chefe foi considerado 14% no setor de serviços, 5% no setor de indústria e 81% no setor de comércio. Observou-se que do setor comércio, 17% são do seguimento atacadista e 83% varejista. Finalmente verificou-se que durante a pesquisa todas as empresas que se beneficiaram do crédito, na realidade não foram atingidas pelas enchentes citadas no DECRETO 4.403/PMC/12. No entanto a legislação sobre as linhas emergenciais não mencionam que as empresas necessariamente precisam ter sofrido contingências para ter acesso a crédito, e sim que as empresas tem que estar situadas no município afetado e que decretou situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Palavras Chave: FNO-Amazônia Emergência Pessoa Jurídica, Situação de Emergência, Calamidade Pública.

INTRODUÇÃO

O Banco da Amazônia S/A é uma instituição financeira atuante na região norte do Brasil e em toda a Amazônia legal. Trata-se de instituição financeira fortemente ligada aos temas de desenvolvimento regional, sustentabilidade e crescimento econômico da região norte. Nos seus mais de 70 anos de fundação, essa instituição financeira já aplicou mais de R\$ 43,7 bilhões (quarenta e três bilhões e setecentos milhões de reais) nessa região, sendo que R\$ 29 bilhões (vinte e nove bilhões) só nos últimos 5 (cinco) anos (BASTOS, 2012, p. 11).

Em sua essência o Banco da Amazônia S.A., é um banco de fomento regional, no entanto a instituição possui em seu portfólio, inúmeros produtos e serviços dos mais variados que atendem uma grande quantidade de segmentos.

Com a Lei nº 7.827 de 1989 o Banco da Amazônia S.A., foi autorizado a operar utilizando recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) o que

¹ Acadêmico concluinte do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, com TCC elaborado sob a orientação da Professora Doutora Maria Bernadete Junkes.

possibilitou que a instituição pudesse aplicar esse recurso nas mais variadas linhas de crédito. O banco atua fortemente no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Já na área urbana, o Banco da Amazônia S.A., atua no fomento empresarial ligado a diversos ramos da economia regional atendendo empresas de porte grande, médio, pequeno, micro e os empreendedores individuais, os chamados EI. Os segmentos da aplicação do FNO não rural são diversificados, podendo atender os setores de indústria, comércio, serviços, agroindústria, turismo, sendo esse recurso destinado para capital de giro ou investimento fixo, que pode ser reforma, ampliação e até construção de estabelecimento próprio (BASA, 2013).

O programa FNO - Amazônia Emergencial Pessoa Jurídica ou FNO Emergencial PJ, como é comumente chamado, foi criado para atender micro e pequenas, médias e grandes empresas, inclusive associações e cooperativas, exclusivamente domiciliadas nos municípios onde o Banco da Amazônia S.A., atue e que estejam em situação de emergência ou estado de calamidade pública, como foi o caso do município de Cacoal, segundo o decreto municipal 4.403/12. (CACOAL, 2012).

A linha de crédito do programa FNO - Amazônia Emergencial Pessoa Jurídica tem sido de grande ajuda para os municípios que decretaram situação de emergência ou estado de calamidade pública, e para comerciantes que perderam seus estoques de mercadorias em virtude das contingências ocorridas no município.

Esse fato aconteceu no início do ano de 2012, período chuvoso na região norte. Cacoal, que está localizado no centro-leste do Estado de Rondônia, e que de acordo com os dados do IBGE censo 2010, tem aproximadamente 78.500 habitantes, com uma economia bastante diversificada, sofreu com alagamento em alguns pontos de seu perímetro urbano, em virtude do aumento dos níveis dos córregos, rios e igarapés que cortam a cidade.

As inundações afetaram os bairros, Village do Sol I e II, Jardim Saúde, Teixeira, Princesa Isabel, INCRA, Floresta e Santo Antônio, causando prejuízos econômicos e sociais para a população (CACOAL, 2012).

Com a disponibilização da linha de crédito para os municípios afetados por essas contingências, os empresários aproveitando as taxas de juros abaixo da praticadas no mercado, os prazos para pagamento e a aprovação menos burocratizada do que outras linhas de crédito oferecidas, procuraram o Banco da Amazônia S/A com intuito de se dispor deste recurso para capital de giro, investimento fixo e semifixo a fim de dar continuidade as atividades da empresa.

Diante desses fatos a pesquisa respondeu ao seguinte questionamento: Como foram aplicados, no município de Cacoal-RO, os recursos disponibilizados pela linha de crédito Amazônia Emergencial Pessoa Jurídica no ano de 2012 e quais seus reflexos na economia do município?

Para isso, o estudo teve como objetivo principal analisar a aplicação dos recursos disponibilizados aos empresários no município de Cacoal pelo programa da linha de crédito FNO - Amazônia Emergencial Pessoa Jurídica no ano de 2012. E como objetivos secundários, descrever como foram aplicados os recursos do programa FNO - Amazônia Emergencial Pessoa Jurídica em cada empresa atendida pela linha de crédito no município de Cacoal-RO, identificar os setores da economia local beneficiadas com a linha de crédito juntamente com os recursos destinados para cada setor, verificar se as empresas que se beneficiaram da linha de crédito se enquadravam nas exigências da instituição financeira.

O município de Cacoal foi instalado em 26 de novembro de 1977 e também é conhecido como Capital do Café, devido à grande produção desse grão no município. Destaca-se em muitas outras áreas da economia rondoniense como pecuária de corte e de leite, setor industrial e principalmente o setor de serviços, que corresponde pela maior parte do Produto Interno Bruto (PIB) do município (IBGE, 2013). O ramo financeiro é representado por agências de vários bancos e cooperativas de crédito, entre eles destaca-se o Banco da Amazônia S/A pela sua importância no desenvolvimento regional.

O Banco da Amazônia atua no município a mais de 30 anos, sendo que a agência foi inaugurada no ano de 1981. Nesses mais de 30 anos de atuação o banco vem trabalhando para desenvolver a economia regional urbana e rural, sendo que não somente em Cacoal, mas também em toda sua área circunvizinha que abrange os municípios de Ministro Andreazza, Espigão do Oeste, Pimenta Bueno e outros. Até pouco tempo a agência de Cacoal era a única na região, porém com a implantação de unidades em Rolim de Moura e Pimenta Bueno, a unidade de Cacoal se tornou mais restrita ao seu município sede. Dentre as atividades financiadas no município se pode citar as atividades pecuárias, energética, hoteleira e outras (BASA, 2013).

Em seus relatórios de gestão o Banco da Amazônia S/A, faz um apanhado por Estado da Federação, porém há carência de dados em relação a cada município. Devido a esse fato, é importante se obter informações detalhadas para divulgar de maneira clara, como são aplicados os recursos que o governo disponibiliza para ajudar os municípios em dificuldades, além daqueles já previstos pela Constituição Federal de 1988 e como os recursos beneficiam a economia local.

Os recursos empregados na linha de crédito Amazônia Emergencial Pessoal Jurídica são advindos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). Sabe-se que tais recursos são públicos e destinam-se ao fomento e desenvolvimento da região norte. Portanto, ter informações segregadas por municípios é de fundamental importância para prestação de contas de como esses recursos estão sendo aplicados, pelo fato que passaram a ser assegurados por meio da lei Nº 12.716 de 21 de setembro de 2012 (BRASIL, 2013).

A pesquisa tornou-se viável, tendo em vista a facilidade de se obter informações junto ao Banco da Amazônia S.A., na agência de Cacoal, em virtude do pesquisador desenvolver atividades profissionais na própria instituição, bem como o bom relacionamento que a instituição tem com os projetos de iniciação científica.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

O referencial teórico é caracterizado por ser a fase de levantamento dos materiais divulgados em literatura existentes sobre o tema ou das questões que determinam os objetos de estudo. O levantamento bibliográfico é um apanhado geral sobre os principais documentos e trabalhos realizados a respeito do tema escolhido, abordados anteriormente por outros pesquisadores (JUNKES e SANTOS, 2008).

2.1 SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA / ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

Sendo resultados de eventos adversos, os desastres, podem acarretar danos variados, causando danos ambientais, humanos, econômicos e sociais. Sendo assim, existem dois tipos de nomenclaturas comumente utilizadas para definir e classificar os desastres: Situação de Emergência e o Estado de calamidade Pública.

Segundo o Manual para a Decretação de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública, editado pelo Ministério da Integração Nacional (MI) existe diferença entre estes dois conceitos, desse modo, não podem ser utilizados como sinônimos (BRASIL, 2007).

2.1.1 Situação de Emergência

Define-se por situação de emergência como sendo Reconhecimento (legal) pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando danos superáveis (suportáveis) pela comunidade afetada. Desse modo fica-se evidente que quando o dano causado pelo desastre é superável, sem muitas dificuldades, o município deve decretar Situação de Emergência (BRASIL, 2007).

2.1.2 Estado de Calamidade Pública

Tem-se por estado de calamidade pública o reconhecimento (legal) pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes. Assim, quando dano causado pelo desastre demandar mais recursos, seja ele, humano, financeiro ou material, para ser solucionado o município deve decretar Estado de Calamidade Pública. (BRASIL, 2007).

2.2 SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CACOAL

No início do ano de 2012 o município de Cacoal sofreu com um tipo de desastre tipificado como Enxurradas ou Inundações Bruscas devido ao alto nível pluviométrico, cuja Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos (CODAR) é NE. HEX 12.302. Sendo assim a prefeitura por meio do DECRETO 4.403/PMC/12 declarou Situação de Emergência:

Art. 1º Fica declarada situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência.

§ Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município e seus Distritos comprovadamente afetados pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Ofício de Situação de Emergência e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto (CACOAL, 2012).

2.3 RECURSOS FEDERAIS

A Constituição Federal de 1988 no seu artigo 159 dispõe sobre a destinação 3% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza, e sobre produtos industrializados para formação de fundos para aplicação em programas de financiamento no setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio de suas instituições financeiras de caráter regional. Estes fundos tem o intuito de contribuir para o desenvolvimento sustentável dessas regiões, tendo em vista que o mercado desses locais ainda é muito atrelado a utilização e aproveitamento de recursos naturais, como agroindústria de alimentos processados e turismo (IPEA, 2008).

Os fundos regionais foram regulamentados pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 e alterada pela Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995. Ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO ficou destinada a quantia 0,6% da arrecadação do imposto de renda e imposto sobre produtos industrializado.

A Lei nº 7.827 de 27 de setembro de 1989, também dispõe sobre qual é a instituição financeira administradora do fundo, ficando assim nomeado o Banco da Amazônia S/A como administrador do fundo para garantir a correta aplicação no desenvolvimento sustentável da região.

Os recursos disponibilizados para essas três regiões tem o função de contribuir no desenvolvimento sustentável regional e podem ser aplicados em todos os tipos e portes de empresas, observando as regras de cada fundo, Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), tem-se o fato de que por serem regiões em desenvolvimento, as empresas encontram-se pouco pulverizadas em relação a seu porte, ou seja, existe uma concentração maior de empresas de micro, pequeno e médio porte. Porém mesmo havendo essa concentração, as micro e pequenas empresas ainda correspondem a apenas 14,5% dos totais de recursos de FNO e os outros fundos constitucionais aplicados, enquanto as médias empresas correspondem a 24,1% desses recursos (IPEA, 2008).

2.3.1 Banco da Amazônia S.A

O Banco da Amazônia S.A., foi criado durante a Segunda Guerra Mundial a partir Acordo de Washington firmado entre Brasil e Estados Unidos. Através do Decreto-Lei nº 4.451, de 9 de julho de 1942 o banco até então intitulado Banco de Crédito da Borracha tinha capital dos dois países. Em 1950, o governo federal criou o Banco de Crédito da Amazônia S/A, ampliando o financiamento para outras atividades produtivas e assumindo contornos pioneiros e o banco passou a ter caráter de banco regional misto.

Em 1970, já denominado Banco da Amazônia S.A., passa ser uma sociedade de capital aberto, tendo o Tesouro Nacional 51% das ações e o público 49%. Em 1974, é alçado a agente financeiro do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam), administrado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Em 1989 foi definido como gestor do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e em 2002 deixou de ser conhecido pela sigla BASA adotando assim nova logomarca e nova imagem perante a sociedade (BASA, 2013).

2.4 PROGRAMAS DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A

O Banco da Amazônia atua no município de Cacoal por meio de diversas linhas de crédito rural e não rural conforme quadro 01. São atendidos pleitos com a finalidade de investimento fixo, que se caracteriza por reforma, ampliação, construção e aquisição de máquinas e equipamentos e pleitos com a finalidade de capital de giro isolado que se

caracteriza por permitir somente compra de insumos para produção, ou estoque para revenda. Essas duas finalidades do crédito podem ser agregadas, dando assim, origem a o investimento misto.

QUADRO 01 - LINHAS DE CRÉDITO DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A

PROGRAMA / SETOR	SEGMENTO
FNO-Pronaf	Grupo A
	Grupo B
	Grupo A/C
	Grupo C
	Grupo D
	Grupo E
	Agroindústria
	Floresta
	Pesca e Aquicultura
	Mulher
	Jovem
FNO-Amazônia Sustentável	Agropecuária
	Pesca e Aquicultura
	Agroindustrial
	Indústria
	Turismo
	Cultura
	Infraestrutura
	Exportação
	Comercio e Serviços
FNO-Biodiversidade	Floresta
FNO-EI	Empreendedor Individual

Fonte: Banco da Amazônia (2011) adaptado pelo autor.

As atividades financiadas pela linha de crédito FNO – Amazônia Emergencial Pessoa Jurídica podem ser: agroindústria, indústria, turismo, infraestrutura econômica não-governamental; Infraestrutura econômica de empresas públicas não-dependentes de

transferências financeiras do Poder Público, cujos empreendimentos a financiar sejam considerados prioritários para a economia, em decisão do Conselho Deliberativo da SUDAM, exportação, comércio, prestação de serviços, ciência, tecnologia e inovação, conforme NC 467, anexo A (BASA, 2013).

2.5 FNO EMERGENCIAL EM CACOAL

No ano de 2012, com a decretação da situação de emergência no município de Cacoal, foi disponibilizado pelo Banco da Amazônia S/A ao município uma linha de crédito especial denominada Linha Emergencial. As linhas de crédito emergencial são previstas na Lei 12.716 de 21 de setembro de 2012, o que possibilitou que a instituição financeira pudesse ampliar ainda mais sua gama de produtos advindos do FNO.

Segundo a Lei 12.716 de 21 de setembro de 2012 as linhas de crédito especiais devem ser temporárias e com prazo determinado em decorrência do tipo e da intensidade do evento que ocasionou a situação de emergência ou o estado de calamidade pública. Isso fez com que a aplicação desse recurso, no município de Cacoal, ficasse restrita apenas ao ano de 2012.

A unidade de Cacoal do Banco da Amazônia S/A foi autorizada a operar com a linha de crédito Amazônia Emergencial, tanto na área rural como na área urbana, tendo em vista a decretação de situação de emergência pelo município no ano de 2012. Na área rural o banco utilizou a linha Pronaf Emergencial e na área urbana a linha Amazônia Emergencial Pessoa Jurídica, sendo que ambas as linhas utilizaram recursos do FNO.

Na área rural, foi utilizada a linha Pronaf Emergencial. Nela o Banco atendeu 148 (cento e quarenta e oito) famílias, totalizando o valor de R\$ 1.341.446,44 (um milhão trezentos e quarenta e um mil quatrocentos e quarenta e seis reais e quarenta e quatro centavos). Os objetivos do banco eram aplicar R\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais) no Pronaf em sua totalidade no ano de 2012, independente de qual seguimento, seja A, B, A/C, Mais Alimentos ou Emergencial. Sendo assim pode-se verificar uma participação da linha emergencial para atingir os objetivos do Banco. Foram aplicados um total de R\$ 7.872.059,34 (sete milhões, oitocentos e setenta e dois mil, cinquenta e nove reais e trinta e quatro centavos) em Cacoal, sendo que 17% deste total vieram do Pronaf Emergencial.

Em Rondônia, somando as 13 (treze) unidades que o banco possui nos municípios de: Ariquemes, Buritis, Cacoal, Guajará-Mirim, Jaru, Ji-Paraná, Pimenta Bueno, 03(três) unidades em Porto Velho, sendo uma delas no distrito de Extrema, Rolim de Moura, São

Miguel do Guaporé e Vilhena, o Banco da Amazônia aplicou mais de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) na linha do Pronaf superando assim sua meta de R\$121.500.000,00 (cento e vinte um milhões e quinhentos mil reais).

Na área urbana, a unidade de Cacoal aplicou um montante de R\$ 4.124.006,21 (quatro milhões, cento e vinte e quatro mil seis reais e vinte e um centavos) no FNO-Emergencial Pessoal Jurídica, atendendo a 43 empresas do setor varejista e atacadista, atuando em diversos ramos de atividades sendo alguns deles: lojas de peças para veículos automotores, confecções, drogarias, hospitais, lojas de produtos agropecuários, postos de combustível entre outros, e todos eles em consonância com as normas da linha de crédito determinadas pela NC 467 (BASA,2012).

3 METODOLOGIA

Foi utilizada pesquisa exploratória devido o tema abordado ter pouco estudo divulgado no município. A pesquisa quanto ao objetivo foi de análise com apresentação dos resultados observados sem interferência do autor.

Quanto à natureza da pesquisa, trata-se de pesquisa básica que objetivou gerar conhecimentos, dirigidos a soluções de problemas específicos. A pesquisa tem como objeto a linha de crédito Amazônia Emergência Pessoa Jurídica, recurso este, que foi disponibilizado por meio do Banco da Amazônia S.A., no ano de 2012.

A pesquisa se utilizou do método de abordagem qualitativa, tendo como recurso estudado apenas um 01 (um) ano civil. Abordou-se a quantidade de empresas atendidas por essa linha de crédito limitando-se aos municípios afetados por desastre e decretação estado de calamidade pública ou situação de emergência.

O método dedutivo foi utilizado na apuração dos dados coletados na pesquisa por se tratar de uma linha de crédito do programa Amazônia Emergencial Pessoa Jurídica do qual os dados foram coletados tanto junto a Agência do Banco da Amazônia S/A, no município de Cacoal assim como pesquisa nas empresas em que o recurso foi utilizado.

A pesquisa limitou-se apenas ao município de Cacoal tendo em vista que somente este município decretou situação de emergência na região em que a agência de Cacoal atua. A linha de crédito foi requerida por 45 (quarenta e cinco) empresas que atuam em diversos seguimentos, tanto varejista como atacadista, nos setores de comércio, indústria e serviços. Sendo que 2 (duas) delas não se interessaram em obter a liberação do recurso, portanto foram excluídas do universo da pesquisa, logo 43 (quarenta e três) empresas foram pesquisadas.

Quanto as variáveis, foram verificados o porte da empresa, a quantidade de funcionários, ramo de atuação das empresas, localização dos fornecedores e pontos positivos de melhoria dentro das empresas, por serem consideradas fundamentais para que haja uma melhor visualização de quais setores da economia local foram beneficiados pela linha de crédito Amazônia Emergencial Pessoa Jurídica.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário com questões mistas que abordaram as variáveis consideradas, bem como questões sobre a aplicação dos recursos e como este foi utilizado.

Compilando os dados coletados junto as empresas e a instituição de fomento, os resultados foram demonstrados conforme a necessidade do pesquisador do qual se utilizou recursos de programas do Excel para elaboração de tabelas e gráficos para melhor visualização do leitor.

Foram excluídas da amostra, todas as empresas do município de Cacoal, que não obtiveram financiamento no ano de 2012, por meio do programa de linha de crédito FNO - Amazônia Emergencial Pessoa Jurídica.

4 APURAÇÃO DE RESULTADOS

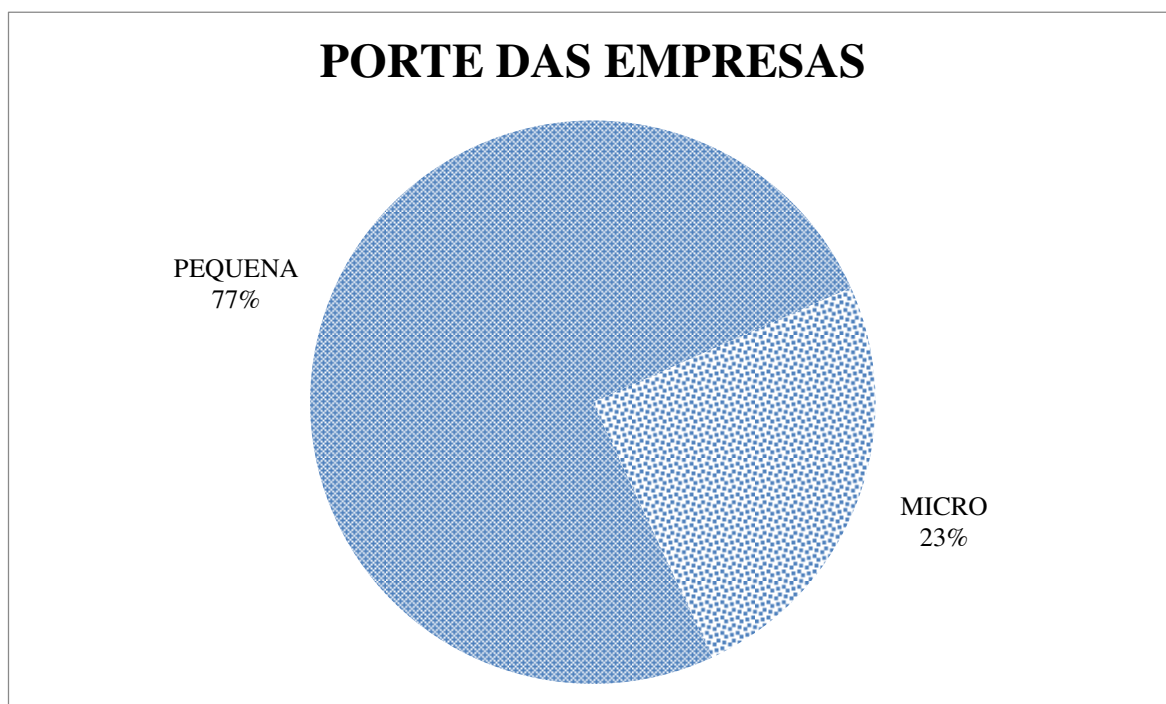
A apuração de dados referente as informações obtidas nas empresas no segundo semestre de 2013, refletem questões pertinentes ao objeto em estudo. Nesse sentido, os resultados obtidos foram agrupados conforme a necessidade do pesquisador, para análise e discussão.

Observou-se que das 43 (quarenta e três) empresas participantes da pesquisa 23% são consideradas empresas jovens por terem até de 5 (cinco) anos no mercado, 19% tem até 10 (dez) anos, 25% tem até 15 (quinze) anos e 33% já estão atuando a mais de 15 (quinze) anos.

Dentre as empresas pesquisadas 5% tem como atividade principal o setor de indústria, 14% setor de serviços e 81% o setor de comercio. Observa-se que do setor comercio, 17% são do seguimento atacadista e 83% varejista.

Analizadas pela ótica de seu porte conforme, figura 01, constatou-se que do universo pesquisado, 23% das empresas são de porte micro, 77% são porte pequeno, além disso, verificou-se que não existem empresas de médio ou grande porte entre as empresas pesquisadas.

Figura 01 – Porte das Empresas



Fonte: Próprio autor (2013).

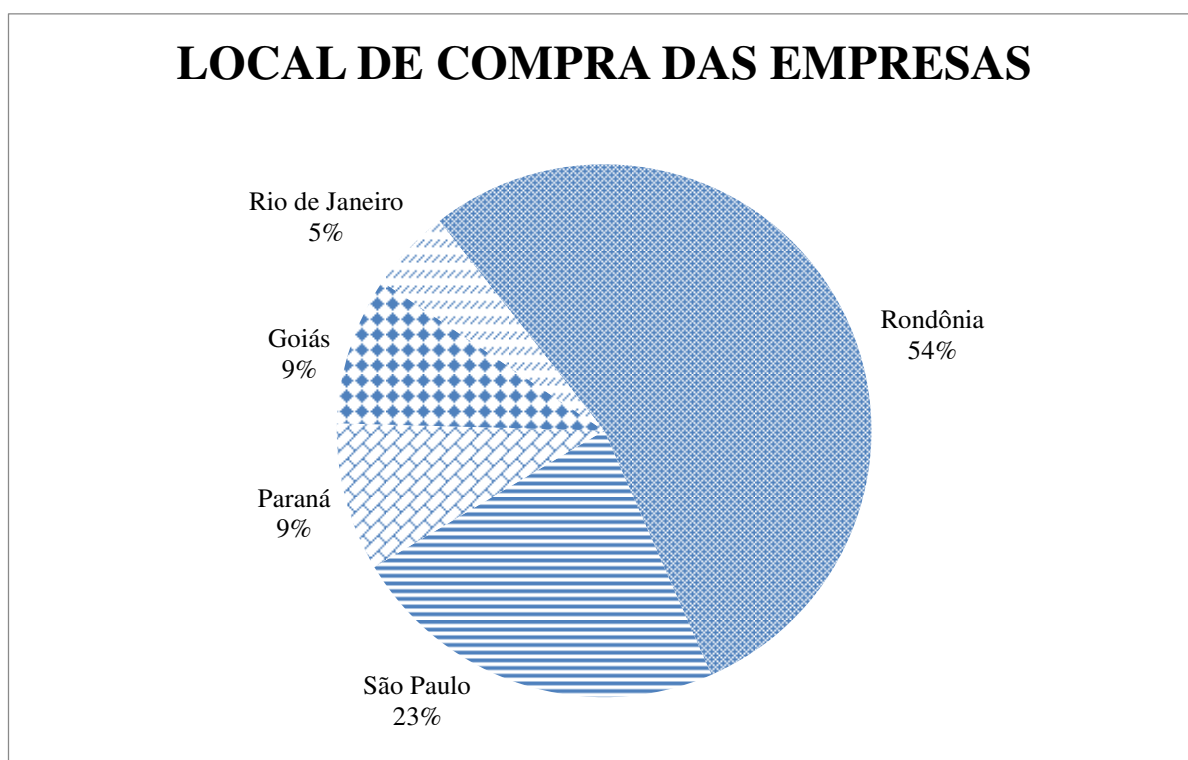
No que tange ao corpo funcional das empresas, constatou-se que 18% tem até 5 (cinco) funcionários, 44% tem até 10 (dez) colaboradores, 12% tem até 15 (quinze) colaboradores, 12% tem até 20 (vinte) colaboradores e 14% tem mais de 20 (vinte) colaboradores.

Em relação aos motivos que levaram as empresas a pleitearem o financiamento, identificou-se 5 (cinco) finalidades principais. Estes agrupados segundo uma grande quantidade de pequenas finalidades, inclusive empresas que mencionaram mais de uma, nesse caso foi considerado o motivo principal. Por não haver uma resposta padronizadas as empresas apontaram diversos objetivos, mas para o objeto em análise foram considerados somente 5 (cinco) que se destacaram. Sendo assim, verificou-se que 2% das empresas necessitavam do recurso para aquisição de matéria prima, outros 2% para ampliação de estoque (produtos para prestação de serviços), 7% para formação de estoque (produtos acabados), 14% para compra de equipamento e 75% para ampliação de estoque (produtos acabados).

Considerando o local de compra dos produtos adquiridos com os recursos do financiamento conforme figura 02, tem-se uma variedade de cidades, situadas em diversos Estados. Sendo assim, para melhor visualização foram apurados dados somente por Estado da

Federação. Desse modo verificou-se que 54% das empresas adquiriram seus produtos no Estado de Rondônia, sendo que deste montante 17% foram adquiridos exclusivamente em Cacoal, o que corresponde a 9% do universo da pesquisa. Além disso, constatou-se que as compras no Estado de São Paulo corresponderam a 23%, Paraná 9%, Goiás também com 9% e Rio de Janeiro 5%.

Figura 02 – Local de Compra das Empresas



Fonte: Próprio autor (2013).

Segundo os empresários participantes da pesquisa 77% não sentiram crescimento nas vendas. Já as empresas que relataram ter sentido crescimento nas vendas representam 23%, constatou-se que os entrevistados não atribuíram esse aumento exclusivamente ao financiamento, mas também ao aumento sazonal das vendas devido ao final de ano.

Analisando a aplicação dos recursos em suas empresas em comparação a concorrência, apenas 7% disseram ter visualizado diferença entre a empresa e um concorrente no mesmo ramo de atuação, enquanto que 93% disseram que não visualizaram diferença entre a empresa pesquisada e a concorrência.

Em se tratando das necessidades das empresas 98% disseram que os recursos disponibilizados foram suficientes para suprir suas necessidades. No entanto 2% do universo pesquisado não utilizaram os recursos da forma descrita no projeto, fato este verificado junto

as notas fiscais de compra que a empresa apresentou para liberação do crédito, durante processo de análise documental na instituição financeira. Neste caso específico, os recursos deveriam ter sido aplicados em matéria prima, porém foram aplicados em despesas diretas de fabricação. No quesito prazo para pagamento e carência, todas as empresas utilizaram os prazos máximos de 12 meses de carências e 48 meses para pagamento.

Ao verificar as destinações de recursos, constatou-se diversos produtos adquiridos, sendo 14% na área de vestuário e calçados, 12% produtos alimentícios, 10% utensílios domésticos, 10% medicamentos, 8% produtos de construção civil, 6% produtos veterinários, e com 2% os produtos de: produtos químicos, equipamentos e material para reforma, encanamentos e outros produtos de construção, veículo, produtos para exames clínicos, equipamento para exames médicos, equipamento para uso mecânico, madeira como matéria prima, energia elétrica, café em grãos, equipamento pra impressão de faixas, equipamentos de escritório, combustível, produtos de manutenção mecânica diesel, peças para manutenção de motocicletas, bebidas, artigos de armarinho, brinquedos, filtros de água.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Conforme observado durante a coleta de dados, o tempo de atuação da empresa não foi preponderante para a solicitação e aprovação do financiamento. Nesse caso, conforme itens 1.1 e 1.2 do anexo A, não existe menção ao tempo de atividade da empresa para que ela possa ter acesso ao crédito, sendo assim qualquer empresa com necessidade de recursos pôde solicitar o crédito.

Ao analisar a aplicação do recurso por setor da economia, tem-se uma configuração pouco fragmentada, desse modo mais de 80% das empresas são do setor de comércio, tanto atacadista quanto varejista. Isso está diretamente ligado aos objetivos e finalidades do financiamento, pois diversas empresas que foram beneficiadas com este crédito já possuem financiamentos de investimento junto ao Banco da Amazônia S/A. Diante dos dados colhidos, constatou-se que a maioria das empresas não utilizaram os recursos para melhorar a estrutura física e sim para implementar seu capital de giro. No entanto, algumas empresas utilizaram o recuso para melhorar estrutura física comprando equipamento e reformando as instalações, sobretudo as empresas de serviços. As poucas indústrias beneficiárias de crédito já possuem outros financiamentos junto a instituição o que inviabiliza a contratação de mais recursos para investimento com a linha emergencial, mesmo porque a linha tem um limite máximo de crédito de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) que é considerado baixo para padrões industriais de

investimento. Diante dos dados apurados pode-se verificar que os objetivos de cada empresa foram atingidos, assim como os motivos que demandaram o crédito foram sanados, desse modo verificou-se satisfação por parte dos entrevistados em obter o crédito.

De acordo com as informações, as empresas beneficiárias do crédito estão concentradas na faixa de pequeno porte, e não existem empresas grandes e médias no universo pesquisado, até mesmo porque o limite da linha é pequeno se comparado as receitas deste tipo de empresa o que pode ter desestimulado empresas dessas duas faixas a solicitarem o crédito embora as normas da instituição financeira permitam o acesso. Dados do IPEA afirmam que 14,5% das empresas que utilizam recursos dos fundos constitucionais são de micro e pequeno porte e 24,1% são de médio porte. No entanto as linhas de crédito emergencial são de caráter especial, o que foge dessa configuração apurada pelo IPEA já que 100% das empresas beneficiárias do recurso são de micro, pequeno porte.

As empresas beneficiárias do crédito compraram seus produtos majoritariamente em outras cidades e apenas 9% das empresas adquiriram seus produtos exclusivamente em Cacoal, mesmo porque estas são empresas de venda de produtos alimentícios perecíveis frescos, isso impossibilita a compra em localidades muito afastadas, isso poderia comprometer a qualidade do produto. As demais empresas optaram por adquirir em outras cidades por diversos motivos, entre eles a falta de fornecedores situados em Cacoal, a fidelização com fornecedores de fora da localidade e até mesmo a empresa ser uma franquia, caso que se aplica a apenas uma empresa no universo da pesquisa.

No quesito concorrências não há como apurar de forma mais especificada se houve ou não crescimento nas vendas em relação à concorrência devido o acesso ao crédito. Devido a uma falta de análise de mercado feita pela própria empresa as respostas a estes questionamentos são de caráter empírico, pois a grande maioria das empresas são familiares não estão habituadas a práticas de análise mercadológica, assim como suas demonstrações contábeis não são públicas para comparações.

Além dos pontos tratados, tem-se o fato de que o município foi beneficiado com a linha de crédito Amazônia Emergencial Pessoa Jurídica por ter decretado situação de emergência no ano de 2012. No entanto segundo a Lei 12.716 de 21 de setembro de 2012 e o anexo A, item 1.1, o principal critério para ter acesso a essa linha de financiamento é a empresa estar situada no município afetado pela situação de emergência ou estado de calamidade pública, mesmo que a empresa não tenha sofrido qualquer tipo de dano decorrente das contingências. Diante disso observou-se que nenhuma das empresas beneficiárias do

crédito em Cacoal sofreram danos decorrente das enchentes mencionadas no decreto 4.403/PMC/12.

Segundo o IPEA o mercado da região ainda é fortemente baseado na exploração e aproveitamento de recursos naturais, desse modo tem-se um setor industrial pequeno em relação ao restante do país. Por causa disso, muitos produtos, nos mais variados setores, não são produzidos, beneficiados ou transformados na região o que leva as empresas a ter que comprar seus produtos em outras localidades, estas com um setor industrial mais desenvolvido. Dentre todas as empresas pesquisadas somente aquelas que utilizam produtos perecíveis ou de alto grau de perecibilidade os compraram no Estado de Rondônia, todos ou outros adquiriram seus produtos em outros estados devido ao fato de não haver uma indústria capaz de suprir as necessidades das empresas na região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto as formas de aplicação do recurso FNO – Amazônia Emergencial Pessoa Jurídica nas empresas atendidas no município, constatou-se que os ramos de atuação dos beneficiários foram variados. Abrangendo os setores de indústria, comércio e serviços. O recurso foi utilizado majoritariamente para aquisição de mercadorias para revenda, no entanto outros seguimentos se beneficiaram do crédito como prestação de serviço e aquisição de matéria prima. Verificou-se que as empresas beneficiárias utilizaram os recursos nos seus seguimentos que lhe proporcionam maior retorno financeiro como por exemplo empresas do setor de vestuário que utilizaram quase que totalmente seus recursos em artigos de moda feminina ou empresas do ramo de atacado que utilizaram os recursos em equipamentos eletrônicos.

Além disso, pôde-se constatar que as empresas beneficiárias do crédito são de porte micro, pequeno o que indicou que estes tipos de empresas necessitavam de mais recursos para manter seu giro. Vale também ressaltar que o objeto de estudo, FNO Emergencial PJ, tem caráter especial e limite de recursos pouco atrativos para empresas de portes maiores, o que impossibilita uma análise mais apurada sobre as necessidades de recursos para empresas do município de Cacoal.

Quando aos setores da economia local beneficiados com a linha de crédito, constatou-se que todos os setores foram atendidos, sendo que o setor de comércio foi quem recebeu a maior parte dos recursos, que para melhor análise, foi dividido em dois seguimentos: atacadista e varejista. O varejo recebeu 83% do que foi destinado ao setor de comércio, o que

corresponde a R\$ 2.772.569,00 (dois milhões setecentos e setenta e dois mil quinhentos e sessenta e nove reais) enquanto que o seguimento atacadista recebeu 17% correspondente a R\$ 567.875,00 (quinhentos e sessenta e sete mil oitocentos e setenta e cinco reais). Nesse sentido, constatou-se que a economia do município de Cacoal teve no ano de 2012, um reforço extra de R\$ 3.340.445,00 (três milhões trezentos e quarenta mil quatrocentos e quarenta e cinco reais) no setor comercial.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. de. **Introdução a metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BANCO DA AMAZÔNIA S.A, **Manual de normas e procedimentos, NC 467 – FNO Amazônia Emergencial Não Rural**. Belém: Banco da Amazônia, 2012.

_____. **Pronaf Grupo Mais Alimentos**. Belém, 2013. Disponível em: <<http://www.basa.com.br/>>. Acesso em 13 ago. 2013a.

_____. **Pronaf Grupo B - Microcrédito Produtivo Rural**. Belém, 2013. Disponível em: <<http://www.basa.com.br/>>. Acesso em 13 ago. 2013b.

_____. **FNO – Amazônia Sustentável**. Belém, 2013. Disponível em: <<http://www.basa.com.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2013c.

_____. **FNO – Amazônia Sustentável Não Rural**. Belém, 2013. Disponível em: <<http://www.basa.com.br/>>. Acesso em: 11 ago. 2013d.

_____. **Amazônia Emergencial Pessoa Jurídica**, Belém, 2013. Disponível em: <<http://www.basa.com.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2013e.

_____. **História**, Belém, 2013. Disponível em: <<http://www.basa.com.br/>>. Acesso em: 29 jul. 2013f.

BASTOS, L. *et al.* **Banco da Amazônia 70 anos**. Belém: PLW-Projetos e Linguagens; Banco da Amazônia, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 55, de 21 de setembro de 2007. Dá nova redação ao art. 159 da Constituição Federal, alterando e inserindo parágrafos. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em 30 mar. 2013.

_____. Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995. Dispõe sobre aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP sobre empréstimos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

_____. Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012. Altera as Leis nºs 10.177, 7.827, 11.524, 11.775, 9.469, 11.196, 8.029, 10.954, 11.314, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12716.htm>. Acesso em: 08 ago. 2013.

_____. Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Regulamenta o art. 159, inciso I, alíneas c, da Constituição da República Federativa do Brasil Federal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 30 mar. 2013.

_____. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica**. Brasília: IPEA, 2008.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades@, Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

_____. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Manual para a decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública. Brasília: Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2007. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/pt/>>. Acesso em 26 jul. 2013

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Pronaf. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretária da Agricultura Familiar, 2013. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br>>. Acesso em 05 ago. 2013

CACOAL. Decreto nº 4.403 de 27 de janeiro de 2012. Declara em situação anormal, caracterizada como situação de emergência a área do município de Cacoal-RO, afetadas por enxurradas ou inundações bruscas – NE HEX 12.302.

_____. Decreto nº 4.756 de 27 de fevereiro de 2013. Declara em situação de emergência em todo território do município de Cacoal, e dá outras providências.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, 2009.

JUNKES, M. B; SANTOS, M. L. dos. **Primeiros passos da metodologia científica na graduação**. Rolim de Moura: D'press Editora e Gráfica LTDA – ME, 2008.

_____, M. B; ALEIXO, A D. **Atualização das normas para elaboração do trabalho de conclusão de curso – TCC**. Cacoal, Universidade Federal de Rondônia, 2011.

ANEXOS

ANEXO A

Banco da Amazônia S.A

NC 467 - FNO Amazônia Emergencial Não Rural

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO

1.1. FINALIDADES

1.2. PÚBLICO-ALVO

1.3. VANTAGENS

2. ASPECTOS NEGOCIAIS

2.1. ATIVIDADES FINANCIADAS

2.2. ITENS FINANCIÁVEIS

2.3. CLASSIFICAÇÃO DE PORTE

2.4. ENCARGOS FINANCEIROS

2.5. BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA

2.6. ENCARGOS DE INADIMPLÊNCIA

2.7. IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS (IOF)

2.8. TARIFAS

2.9. LIMITES

2.10. PRAZOS

2.11. GARANTIAS

2.12. SEGUROS

2.13 PRAZO DE CONTRATAÇÃO

3. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

3.1. ROTINA DE RECEBIMENTO DE PROPOSTA

3.2. ROTINA DE ANÁLISE DE PROPOSTAS

3.3. ROTINA DE CONTRATAÇÃO

3.4. ROTINA DE ADMINISTRAÇÃO DOS CRÉDITOS

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO

4.2. VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

1. APRESENTAÇÃO

1.1. FINALIDADES

1.1.1. Programa de financiamento que visa promover a recuperação ou preservação das atividades de empreendedores afetados pelas enchentes na Região Norte, em municípios com decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública reconhecida pelo citado evento climático, reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional a partir de 1º de dezembro de 2011.

1.1.2. Poderá ter as seguintes destinações:

- a) investimento, preferencialmente aqueles que possam contribuir para convivência sustentável do empreendedor com os períodos de enchentes; e
- b) capital de giro isolado ou associado ao investimento.

OBS.: É vedada a contratação de financiamento para aquisição de animais isoladamente.

1.1.3 Os municípios reconhecidos, de que trata o item 1.1.1, poderão ser consultados diretamente na internet por meio do endereço:

<http://www.defesacivil.gov.br/situacao/reconhecimento/2012/index.asp>

1.2. PÚBLICO-ALVO (BENEFICIÁRIOS)

1.2.1 Empresas Industriais, agroindustriais, comerciais e de prestação de serviços, Cooperativas de Produção e Associações.

1.2.2 Empreendedores individuais, que tenham auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), classificados conforme a Lei Complementar n.º 128, de 19.12.2008, em seu Art. 18-A, § 1º.

1.2.3 Considera-se EI o empresário individual que exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, conforme prevê o artigo 966 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil), e que atenda cumulativamente às seguintes condições:

- a) seja optante pelo SIMPLES Nacional;

- b) possua um único estabelecimento;
- c) não participe de outra empresa como titular, sócio ou administrador;
- d) não contrate mais de um empregado.

1.3. VANTAGENS

1.3.1. Para o cliente:

- a) menores encargos do mercado;
- b) isenção de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF);
- c) agilidade na concessão do crédito, em razão de ser analisado e decidido nas agências;
- d) possibilidade de recuperar a atividade produtiva prejudicada pelas enchentes ou enxurradas; e possibilidade de atendimento com base em proposta simplificada de crédito.

1.3.2. Para o Banco:

- a) receita da taxa de administração pela gestão do Fundo.
- b) possibilidade de fidelização do cliente.

2. ASPECTOS NEGOCIAIS

2.1. ATIVIDADES FINANCIADAS

2.1.1. Observados os impedimentos e restrições constantes da NP 502- Recursos do FNO, item 2.4, NP 413 – Vedações e NP 414 – Concessão de Crédito e Anotações Restritivas, serão passíveis de financiamento os empreendimentos de atividades não rurais, constantes da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE), os quais se enquadrem nos setores de

- a) indústria;
- b) agroindústria;

OBS.: É considerada agroindústria do setor não rural aquela que beneficia ou transforma matérias-primas “in natura”, de origens agrícolas, pecuárias e florestais, próprias ou adquiridas de terceiros, quando não se caracterizar como empreendimento rural, conforme disposto na NC-411 – FNO – Amazônia Sustentável Rural.

- c) comércio;
- d) prestação de serviços;

2.1.2 Para os Empreendedores Individuais serão passíveis de financiamento os empreendimentos de atividades não rurais, constantes do Anexo III da NC 465 - FNO - Empreendedor Individual – EI.

2.2. ITENS FINANCIÁVEIS

2.2.1. Observados os impedimentos e restrições, constantes das NP 413, NP 414 e NP 502, poderão ser financiados todos os itens necessários à viabilização do plano.

2.2.2 Quando se tratar de capital de giro não associado (capital de giro isolado), somente poderá ser financiada a aquisição de matéria-prima, insumos, bens ou produtos, necessários à formação ou manutenção do estoque do beneficiário para o desempenho de sua atividade.

2.3. CLASSIFICAÇÃO DE PORTE

2.3.1 De acordo com os critérios estabelecidos na NP 411 – Considerações Gerais, inclusive quanto à atuação da proponente em mais de uma atividade econômica e quanto à participação em grupo econômico.

2.4. ENCARGOS FINANCEIROS

2.4.1. Os encargos financeiros serão representados pela taxa efetiva de juros de 3,5% ao ano, independentemente do porte.

2.5 BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA

2.5.1 Não se aplica.

2.6. ENCARGOS DE INADIMPLÊNCIA

2.6.1. Na falta de pagamento nos períodos acordados, quer do principal, quer dos acessórios, além da perda dos benefícios previstos no item 2.5, incidirão os encargos de inadimplência estabelecidos na NP 420 – Encargos e Despesas, sobre o valor em atraso e enquanto não regularizada a operação.

2.6.2 Deverão ser observadas as demais regulamentações previstas na NP 420 – Encargos e Despesas, as quais não conflitem com as disposições aqui contidas.

2.7. IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS (IOF)

2.7.1. Isento, de acordo com a NP 830 – Imposto sobre Operações Financeiras – IOF.

2.8. TARIFAS

2.8.1. Tarifas de acordo com a NP 360 - TABELA DE SERVIÇOS ESPECIAIS E DIFERENCIADOS.

2.9. LIMITES

2.9.1 Financiamento total: Qualquer que seja a finalidade do crédito deverá ser observada a capacidade de pagamento até o comprometimento máximo de 70% da disponibilidade financeira do empreendimento, conforme apurado na análise técnica, não podendo ultrapassar a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

2.10. PRAZOS

2.10.1. O prazo será estabelecido com base no cronograma físico-financeiro da proposta simplificada e na capacidade de pagamento do beneficiário, respeitado o prazo total de até 60 (sessenta) meses, incluídos até 12 (doze) meses de carência.

2.11. GARANTIAS

2.11.1 Observar as NPs 421 a 428 da Gestão de Crédito.

2.12. SEGUROS

2.12.1 Observar a NP 430 – Seguros

2.13 PRAZO DE CONTRATAÇÃO

2.13.1 Até 31 de maio de 2013.

OBSERVAÇÃO: os beneficiários deverão manifestar formalmente ao Banco, interesse na contratação até o dia 28.12.2012.

3. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

3.1 ROTINA DE RECEBIMENTO DE PROPOSTA

- AGÊNCIA

3.1.1 Realiza entrevista com os clientes a fim de obter mais informações quanto à sua pretensão de financiamento.

3.1.2 Confirma:

a) se a proposta está em conformidade com o Plano de Negócio Simplificado (Anexo I).

c) se existe relatório de visita ao empreendedor elaborado pelo Banco.

3.1.3 Efetua a pré-análise e verifica:

a) se está em conformidade com as normas da linha;

b) se está aderente a Política de Crédito do Banco;

c) se atende às reais necessidades do seu empreendimento, fornecendo-lhe, quando necessário, sugestões que possam contribuir para a melhoria, sobretudo quanto à oportunidade, suficiência dos recursos e adequação dos serviços;

d) se todas as informações necessárias a análise estão disponíveis.

OBSERVAÇÃO:

Caso haja pendências, devolva imediatamente a proposta ao cliente para complementação/reformulação.

3.1.4 Após a pré-análise, recebe a proposta e coloca o carimbo de recebida.

3.1.5 No ato do protocolo, exige do cliente a autorização de débito relativa às despesas de tarifas e providencia o seu recebimento.

3.1.6 Agenda visita para validação das informações existentes no Plano de Negócios.

3.1.7 Confirma se o cadastro do proponente e demais participantes estão atualizados e aprovados, conforme NP-201 Cadastro.

3.1.8 Efetua consulta na SERASA, CADIN, SCR e CIOB.

3.1.9 Se na consulta do SCR, houver registro de dívidas, detalha a consulta para verificar que tipo de endividamento o cliente possui e os vencimentos destes compromissos, pois será considerado na capacidade de pagamento da proposta. No caso de dívidas referentes a financiamentos, solicitar a cópia do contrato e extrato da mesma.

3.1.10 Pesquise nos sistemas corporativos a existências de operações de crédito para o proponente.

3.1.11 Cadastra a proposta no sistema de controle CONTROPER, relativo FIP01.

3.2 ROTINA DE ANÁLISE DE PROPOSTA

- AGÊNCIA

3.2.1 Acesse o servidor (srv2054ACOMPANHAMENTO DE PROPOSTASLINHAS EMERGENCIAIS), procedendo da seguinte forma: na área de trabalho clicar em Iniciar – Executar – digitar o endereço informado.

3.2.3 Confirma as informações que diz respeito às condições do crédito: valor, prazo, prestação, dia de pagamento e garantias estão de acordo com o solicitado pelo proponente e consonância com a política de crédito vigente.

3.2.4. Analisa a proposta, utilizando a opção de análise crítica da planilha e verifica:

- a) o enquadramento da proposta;
- b) a capacidade de pagamento;
- c) a suficiência de garantia;
- d) a disponibilidade de recursos.

3.2.5 Arquiva no dossiê da operação todos os documentos, memórias de cálculo, declarações, cronogramas, orçamento de investimentos detalhado e a documentação que comprove a sua verificação, comprovações físicas e financeiras e outros que servirem de base para a análise.

3.2.6 Após a conclusão da análise, submete a proposta à aprovação ao Comitê de Crédito e Operações da Agência – CCOA.

3.2.7 Comunica ao cliente sobre a decisão.

3.3 ROTINA DE CONTRATAÇÃO

- AGÊNCIA

3.3.1 Solicita do cliente os documentos exigíveis para contratação da operação, de acordo com a NP 438 – Documentação quanto à Condição do Proponente, da Gestão de Crédito.

3.3.2 Recebe todos os documentos exigíveis para contratação.

3.3.3 Confirma na planilha de análise aprovação da operação e recepção de toda documentação necessária a contratação para registro do resultado da análise no CONTROPER, relativo ao FIP03.

3.3.4 Imprime o Instrumento contratual, via planilha de análise.

3.3.5 Convoca o cliente para assinatura do instrumento contratual.

3.3.6 Confere as assinaturas do emitente.

3.3.7 Orienta o proponente a registrar o instrumento contratual, se exigível, no cartório competente, conforme NP 431 – Registro em Cartório, da Gestão de Crédito.

3.3.8 Recebe do cliente o instrumento contratual e confere seu registro.

3.3.9 Apõe carimbo com a expressão "VIA NÃO NEGOCIÁVEL" na 2ª via do instrumento contratual.

3.3.10 Gera (FIR01-11) e Efetiva (FIR01-90) a operação no CONTROPER.

3.4 ROTINA DE ADMINISTRAÇÃO DOS CRÉDITOS

- AGÊNCIA

3.4.1 Procede de acordo com as NPs 454, 455, 456, 458 e 459, no que não conflitar com o disposto nesta NC.

4. DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO

4.1.1 Observar as orientações da NP 206 - Prevenção à Lavagem de Dinheiro.

4.2. VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE

4.2.1 Observar as orientações da NP 205 - Gestão de Conformidade.

4.2.3. A operacionalização deste programa deverá observar as diretrizes, prioridades e restrições ao financiamento, constantes da NP 413 – Vedações, da NP 414 – Concessão de Crédito e Anotações e a NP 502 – Recursos do FNO.

ANEXO B

Estado de Rondônia
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL
Procuradoria Geral do Município

DECRETO N. 4.403/PMC/12

**DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL,
CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE
EMERGÊNCIA A ÁREA DO MUNICÍPIO DE
CACOAL-RO, AFETADA POR ENXURRADAS OU
INUNDAÇÕES BRUSCAS - NE. HEX 12.302.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACOAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso IV, art. 44, da Lei Orgânica do Município de Cacoal, com fulcro na Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010 e no Decreto Federal nº 7.257, de 4 de agosto de 2010,

CONSIDERANDO QUE:

- O desastre tipificado como Enxurradas ou Inundações Bruscas resultado dos altos índices pluviométricos, cujo CODAR é NE. HEX 12.302, conforme a Política Nacional de Defesa Civil tem afetado de forma significativa os bairros, Village do Sol I e II, Jardim Saúde, Teixeira, Princesa Isabel, INCRA, Floresta, Santo Antônio, atingindo grande extensão do perímetro urbano do município de Cacoal, causando inundações, pontes danificadas e destruídas, varias famílias desabrigadas e desalojadas e isolamentos dos bairros supracitados;

- Como consequências resultaram os prejuízos econômicos e sociais que estão descritos no requerimento de Situação de Emergência em anexo a este Decreto;

- O desastre é o resultado de eventos adversos, naturais ou provocado pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

- As condições climáticas cíclicas desta região, especialmente as fortes chuvas do período que ocasionaram a cheia e o transbordo do Rio Pirarara;

- A precipitação pluviométrica de 60,8 mm e 61,8 mm, respectivamente nos dias 23 e 24 de janeiro de 2012, elevou de forma brusca o nível do Rio Pirarara em aproximadamente 05 (cinco) metros nas áreas afetadas, ocasionando danos e destruição de pontes, residências e estradas;

- Situação de Emergência é o reconhecimento legal pelo Poder Público de situação anormal provocada por desastre, causando danos superáveis pela comunidade afetada;

- O comprometimento da Administração na presença da efetividade dos serviços públicos essenciais, como nas áreas de saúde, segurança e bem estar da coletividade, agindo em resguardo dos interesses coletivos;

- Como consequências deste desastre resultaram danos materiais, ambientais, econômicos e sociais;

- A Resolução nº. 03 do Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC, a intensidade desse desastre foi dimensionada como nível II.

- Concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o despreparo da defesa civil local; o grau de vulnerabilidade da comunidade; tratar de zona urbana; o isolamento dos bairros atingidos, a falta de acesso dos alunos até as escolas, e ainda, a tendência para que a onda de cheia continue em elevação nos próximos dias, e o risco iminente de ocorrências de surtos de Malária e de Dengue.

DECRETA

Art. 1º *Fica declarada situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência.*

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município e seus Distritos comprovadamente afetados pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Ofício de Situação de Emergência e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município de CACOAL-RO, sob a coordenação da CEDEC/RO e autoriza-se a requisição de apoio técnico e logístico de toda estrutura administrativa, direta e indireta, municipal objetivando a prevenção, o combate e o controle das enxurradas ou inundações bruscas.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta aos desastres e a realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da CEDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades

administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I — penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II — usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Cacoal, 27 de Janeiro de 2.012.

FRANCESCO VIALETTTO

Prefeito

ARNALDO ESTEVES DOS REIS

Procurador-Geral do Município

OAB/MG 57594 – OAB/RO 4946

APÊNDICES

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

- 1 – A quanto tempo a empresa está situada no município de Cacoal?
- 2 – Qual o seguimento de atuação “carro chefe” na empresa?
- 3 – Qual o porte da empresa e a quantidade de funcionários?
- 4 – Porque a empresa optou por utilizar a linha de crédito Amazônia Emergencial Pessoa Jurídica?
- 5 – Que tipos de produtos foram adquiridos com esse tipo de empréstimo?
- 6 – Tendo em vista que a empresa geralmente trabalha com diversos segmentos, em qual (s) seguimentos foram utilizados os recursos?
- 7 – Quais foram as porcentagens de recursos para cada segmento e cada produto?
- 8 – Os produtos adquiridos são de fornecedores situados em Cacoal-RO?
- 9 – A empresa sentiu crescimento nas vendas depois de ter acesso a esse crédito?
- 10- Em relação a concorrência, sentiu-se diferença entre as empresas que não tiveram acesso ao crédito?
- 11 – Levando em consideração o montante dos recursos utilizados, eles foram o suficiente para suprir as necessidades da empresa?
- 12 – Qual foi o prazo que a empresa optou para pagar o financiamento?